

#### COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO

#### PROJETO DE LEI Nº 2.962, DE 2023

Autoriza e disciplina a instalação de suporte para colocação de bicicletas nos ônibus de transporte urbano e rural de passageiros, coletivo ou individual, público ou privado, e altera a Lei nº 9.503, de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro.

Autores: Deputados DUDA SALABERT E

OUTROS

Relatora: Deputada LÊDA BORGES

## I - RELATÓRIO

Por força da alínea 'a', do inciso VII, do art. 32 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, chega a esta Comissão de Desenvolvimento Urbano (CDU) o Projeto de Lei nº 2.962, de 2023, para análise de mérito. O texto propõe autorização para a instalação de suporte dianteiro para bicicletas nos veículos do transporte coletivo urbano e rural. A proposta ainda veda a cobrança pela utilização do equipamento, permite, excepcionalmente, a instalação na parte traseira do veículo, determina que o poder local defina percentual mínimo da frota dotada do dispositivo e remete ao Conselho Nacional de Trânsito (Contran) competência para regular o tema, observadas as diretrizes do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia.

Após a análise de mérito desta CDU, a matéria será apreciada pela Comissão de Viação e Transportes e, então, terá a constitucionalidade,





juridicidade e técnica legislativa avaliadas pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

A proposição está sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões e tramita em regime ordinário.

Ao fim do prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao projeto nesta Comissão.

É o relatório.

#### **II - VOTO DA RELATORA**

O Projeto de Lei em análise propõe autorização para a instalação de suporte dianteiro para bicicletas nos veículos do transporte coletivo urbano e rural. A proposta ainda veda a cobrança pela utilização do equipamento, permite, excepcionalmente, a instalação na parte traseira do veículo, determina que o poder local defina percentual mínimo da frota dotada do dispositivo e remete ao Conselho Nacional de Trânsito (Contran) competência para regular o tema, observadas as diretrizes do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia.

O tema é justo e meritório e deve ser acolhido por esse Colegiado. Quaisquer medidas em favor da mobilidade não motorizada, por todos os benefícios que oferece, são bem-vindas.

Entretanto, é importante reconhecer que o texto, nos termos apresentados, merece ajustes.

Apesar de ser possível encontrar algumas experiências em outros países, a instalação de suportes para bicicleta na parte dianteira dos veículos está longe de ser considerada a solução mais indicada. Ao contrário, o Conselho Nacional de Trânsito, após discussão do tema no âmbito de suas Câmaras Temáticas, editou a Resolução nº 955, de 2022, na qual explicitamente proíbe o transporte de carga e bicicleta na parte externa de





#### CÂMARA DOS DEPUTADOS Gabinete da Deputada Federal **Lêda Borges** - PSDB/GO

modo que se sobressaia ou se projete além do veículo pela frente. Ao mesmo tempo, a literatura registra alguns inconvenientes associados a dispositivos com essa característica. O aumento da letalidade de acidentes com pedestres<sup>1</sup>, interferência nos faróis e impacto negativo na experiência do motorista<sup>2</sup>, especialmente em situações de manobra em vias estreitas, são alguns dos problemas citados. Não por acaso, a solução já chegou a ser estudada e rejeitada em São Paulo<sup>3</sup>, por ser considerada inadequada para as particularidades do Município, após sopesados seus pontos positivos e negativos.

Esse caso concreto nos remete ao acertado arranjo da legislação sobre mobilidade urbana constitucionalmente estabelecido, no qual a Política Nacional de Mobilidade Urbana (PNMU) oferece as diretrizes que direcionam as decisões locais com relação à implementação das soluções de mobilidade. Nesse contexto, a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, que institui a PNMU, já oferece orientação no sentido de priorizar "os modos de transportes não motorizados sobre os motorizados". Além disso, estabelece a obrigatoriedade de elaboração do Plano de Mobilidade Urbana, contemplando "a integração dos modos de transporte público e destes com os privados e os não motorizados". A PNMU, dessa forma, determina a inclusão das bicicletas no sistema de mobilidade do Município sem, contudo, entrar em detalhes de como isso deve ser feito.

Isso posto, resta claro que o texto em análise, que define regras pormenorizadas sobre o tipo, recursos operacionais e local de instalação de dispositivo para suporte de bicicletas, não se harmoniza com esse arranjo e, de forma inadequada, extrapola os limites da legislação federal com relação ao transporte urbano. Por isso, propomos texto substitutivo no qual definimos como direito do usuário o transporte da bicicleta nos veículos do

https://diariodotransporte.com.br/2016/09/30/haddad-veta-suporte-de-bicicleta-para-onibus-que-ja-e-usado-em-outras-cidades/





<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> A study of front-mounted bicycle racks on buses Prepared for Charging and Local Transport Division, Department for Transport. G J L Lawrence; N M Brook-Carter; 2004 Disponível em: https://trl.co.uk/uploads/trl/documents/TRL592.pdf

<sup>&</sup>lt;sup>2</sup> Bike Racks on the Front of Buses: Engineering and Road Safety Issues. Michael Paine Vehicle Design and Research Pty Limited for Road Use Management ACT Department of Urban Services October 1997. Disponível em: http://www.mpainesyd.com/filechute/Paine BIKERACK.pdf

## CÂMARA DOS DEPUTADOS Gabinete da Deputada Federal **Lêda Borges** - PSDB/GO

transporte urbano, deixando a cargo do poder local a definição dos meios mais adequados para garantir esse direito.

Pelo exposto, voto pela aprovação do PL nº 2.962, de 2023, na forma do substitutivo anexo.

Sala da Comissão, em

de

de 2025.

Deputada LÊDA BORGES Relatora

2025-9195





## COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO

# **SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 2.962, DE 2023**

Altera a Lei nº 12.587, de 2012, para conceder aos usuários o direito de transportar bicicletas nos veículos do transporte coletivo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, para conceder aos usuários o direito de transportar bicicletas nos veículos do transporte coletivo.

Art. 2º O Art. 14 da Lei nº 12.587, de 2012, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso V:

"Art. 14			
instalado no interi	or ou no s impostos	n espaço ou suporte apropriad exterior do veículo de transpor pela regulamentação editada pe	te
		"(NI	R)
Art. 3º Esta Lei entra e	m vigor na	a data de sua publicação.	
Sala da Comissão, em	de	de 2025.	

Deputada LÊDA BORGES



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Lêda Borges



Relatora

2025-9195



